

continuação

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2017

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Internações						
Saída Hospitalar - Total	6.168	7.607	6.168	8.218	12.336	15.825
Saída Hospitalar - (Exclto. Cl. Cirúrgica)	3.612	4.614	3.612	4.876	7.224	9.490
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	2.556	2.993	2.556	3.342	5.112	6.335
HID/CR, Ambulatorial - Total	1.590	1.552	1.590	1.380	3.180	2.932
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)						
Consulta de urgência	67.200	65.629	67.200	66.737	134.400	132.366
Atend. Ambulatorial - Total	58.350	60.501	58.350	64.574	116.700	125.075
Consulta médica - Total	53.550	52.190	53.550	53.064	107.100	105.254
Atendimento não médico - Total	4.800	8.311	4.800	11.510	9.600	19.821
SADT EXTERNO - TOTAL	8.946	8.749	8.946	10.024	17.892	18.773
Tratamento Especializado - Total	5.136	9.290	12.336	19.024	17.472	28.314
Tratamento onco - Quimioterapia	4.536	8.559	4.536	9.268	9.072	17.847
Tratamento onco - Radioterapia	600	731	7.800	9.756	8.400	10.467

9 - **Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e a portaria 834 de 26/04/2016 do Ministério da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.003623/2018-01MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e Isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercido de 2017 se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 25.839.285,42 (Vinte e cinco milhões, oitocentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucro, norma que regulamentava a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentro as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência à coleta bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social, bastando relacioná-las nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente:

- Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo no DRE os valores usufruídos. 9.1 - **Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercido de 2017, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra

registrada em conta específica montia em R\$ 19.650.347,89 (Dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta mil, trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e nove centavos). Em 2016, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica da receita, totalizou R\$ 18.079.972,16 (Dezoito milhões, setenta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos). 9.2 - **Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal Incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2017 atingiu um montante de R\$ 287.042,02 (Duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e dois reais e dois centavos). Em 2016 o referido valor de receita totalizou R\$ 559.080,98 (Quinhentos e cinquenta e nove mil, oitenta reais e noventa e oito centavos). 9.3 - **Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2017 foi de R\$ 5.217.350,89 (Cinco milhões, duzentos e dezesseis mil, trezentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2016, esse montante foi de R\$ 4.488.774,08 (Quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e quatro reais e oito centavos). 9.4 - **Isenção do Programa de Integração Social (PIS):** Em 2015, a unidade Hospital Luzia de Pinho Meo já teve sua imunidade reconhecida pela RFB. A isenção do Programa de Integração Social (PIS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2017 foi de R\$ 704.544,68 (Setecentos e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2016 foi de R\$ 848.888,10 (Setecentos e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e dez centavos). 9.5 - **Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucro, norma que regulamentava a contabilidade das entidades do Terceiro Setor.

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clinicas Luzia de Pinho Meo que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração

e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A entidade possui trabalhos voluntários realizados por dirigentes estatutários e em 2017 representou o montante de R\$ 8.706,45 (Oito mil, setecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos), enquanto em 2016 foi de R\$ 7.660,22 (Sete mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e dois centavos) e outros tipos de voluntariado em 2017 representou o montante de R\$ 26.632,00 (Vinte e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais), enquanto em 2016 foi de R\$ 21.113,84 (Vinte e um mil, cento e treze reais e oitenta e quatro centavos). 10 - **Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontada às taxas, possivelmente de mercado, aplicadas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulantes) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriamente no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedores, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 03, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. 11 - **Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim entendido principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. 12 - **Exercício Social:** Conforme estabelecido no art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Mogi das Cruzes, 31 de Dezembro de 2017.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Técnico da S.P.D.M.
Dr. João Luiz de Miranda Rocha - Diretor Técnico
Ana Maria Gonçalves Shimizu - Contadora CRC-1SP 210330/O-9

riscos, bem como obtenha evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contul, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29 de março de 2018 São Paulo - SP, 29 de março de 2018. **Audias Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: At Declaratório Nº 7710/04. Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.**

balanços das empresas públicas

Compromisso com a transparência

- A Secretaria da Fazenda, em parceria com a Imprensa Oficial, reuniu os balanços dos últimos 5 anos das empresas públicas;
- Em sintonia com as mais modernas práticas de governança corporativa.

www.imprensaoficial.com.br/empresaspublicas

mprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO